



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681439 - SP (2021/0226952-0)

RELATOR : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
IMPETRANTE : DIEGO RENOLDI QUARESMA DE OLIVEIRA E OUTRO
ADVOGADOS : DIEGO RENOLDI QUARESMA DE OLIVEIRA - SP320654
FERNANDO CESAR FARIA - MT0274690
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : FERNANDO PAULO PONCIANI (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de FERNANDO PAULO PONCIANI em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2106582-58.2021.8.26.0000).

O paciente, preso em flagrante no dia 24/4/2021, teve a custódia convertida em preventiva e, posteriormente, foi denunciado como incurso no art. 33 da Lei n. 11.343/2006.

Impetrado *habeas corpus*, a ordem foi denegada pelo Tribunal de origem.

Os impetrantes sustentam que o decreto construtivo careceria de fundamentação idônea e concreta, pois não estariam presentes os requisitos necessários, previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Alegam que o paciente é primário, ostenta bons antecedentes, com residência fixa no distrito da culpa, predicados que permitiriam a substituição da prisão por medidas cautelares alternativas, sobretudo ao considerar que a quantidade de drogas não é exacerbada.

Destacam que seria possível, em eventual condenação, o reconhecimento do tráfico privilegiado (art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006), pelo que seria desproporcional a segregação antecipada do agente.

Requerem, liminarmente e no mérito, a revogação da custódia cautelar do paciente, com ou sem a substituição por medidas cautelares alternativas.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, da leitura do acórdão impugnado, verifica-se que foram declinados os fundamentos para a manutenção da prisão preventiva do paciente (fls. 28-31):

[...]

Nesse passo, a presença de indícios de autoria e prova da materialidade delitiva extraem-se do auto de prisão em flagrante (fls. 04 - dos autos principais), do boletim de ocorrência (fls. 13/16 - dos autos principais), termos de depoimento (fls. 05/07 - dos autos principais), autos de exibição e apreensão (fls. 18 - dos autos principais), laudo de constatação (fls.

17) que constatou que as substâncias apreendidas eram proibidas. Logo, presente o fumus commissi delicti para a manutenção da prisão preventiva.

Por sua vez, como bem destacado na r. decisão atacada, o periculum libertatis faz-se presente, consubstanciado na garantia da ordem pública.

Neste prisma, ao contrário do alegado pelo impetrante, a quantidade considerável, a diversidade e a nocividade das drogas apreendidas conduzem à gravidade concreta do comportamento do paciente, o qual, por sua vez, se mostra incompatível com a restituição da liberdade ou com medida mais branda.

Assim, a segregação cautelar está amparada em elementos idôneos e plenamente fundamentada, não havendo como restituir ao paciente o pretendido status libertatis, eis que não se mostra adequado e suficiente à garantia da ordem pública.

[...]

Da mesma forma, imperioso destacar que, no momento da prisão em flagrante, o paciente se desvencilhou das drogas proibidas, indicando que não pretende submeter-se à persecução penal sem ilegítima turbacão.

[...]

Observa-se que a r. decisão atacada está embasada em elementos seguros e, ao contrário do alegado, encontra-se suficientemente fundamentada, e em total consonância com o artigo 93, inciso IX, da Constituição Federal, e artigo 312 do Código de Processo Penal, afastando-se, assim, qualquer alegação de nulidade.

Ademais, as condições pessoais, como residência fixa, não impedem a manutenção da custódia provisória, notadamente quando presentes os requisitos e pressupostos ensejadores da medida extrema, como ocorre na espécie.

[...]

Portanto, de rigor a manutenção da prisão preventiva também para a garantia da ordem pública, sendo certo que a concessão de medida mais branda, prevista no artigo 319 do CPP, não atenderia às finalidades mencionadas.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, **indefiro** o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência